



DECISÃO n.º.: 68/2015 – COJUP

PROCESSO n.º.: 43.026/2015-2

CONTRIBUINTE: **MEGA FESTAS COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA**

INSCRIÇÃO n.º.: 20.262.783-7

ENDEREÇO: Av. Senador Salgado Filho, 1.848, Lagoa Nova, Natal/RN.

OCORRÊNCIA: *Contribuinte possui pendência com obrigação principal e/ou acessória.*

## 1 - O RELATÓRIO

De acordo com o Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional – ano de 2015, o contribuinte acima qualificado teve seu pedido de opção ao regime de pagamento simplificado de impostos indeferido por ter infringido o disposto no art. 15, inciso XV, da Resolução 94/2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, de 29 de novembro de 2011, c/c arts. 150, incisos II, III, VII, VIII, XIII a XXI, do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Rio Grande do Norte – RICMS, resultando no indeferimento do pedido de opção pelo regime de pagamento simplificado de impostos – SIMPLES NACIONAL

Em razão desse indeferimento o contribuinte apresentou impugnação no prazo legal alegando que regularizou todas as pendências apontadas antes do dia 30 de janeiro de 2015 através de parcelamento dos débitos, conforme documentos anexos.

## 2 - MÉRITO

O presente processo trata de julgamento de um pedido de opção pelo regime de pagamento simplificado denominado SIMPLES NACIONAL.

A requerente foi devidamente cientificada e impugnou o feito no prazo legal e apresentou argumentos precisos, lógicos e adequados de forma a defender-se da ocorrência descrita no Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional, demonstrando perfeito entendimento de todo o processo, razão pela qual considero atendido o disposto no art. 110 do Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário – RPPAT, aprovado pelo Decreto n.º. 13.796, de 16 de fevereiro de 1998.

O contribuinte impugnou tempestivamente o Termo de Indeferimento atendendo aos ditames do art. 191-F do Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário – RPPAT.

---

Isnard Dubeux Dantas  
Julgador Fiscal



O indeferimento da opção ocorreu em razão do enquadramento do contribuinte nos termos do art. 15, inciso XV, da Resolução 94/2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, de 29 de novembro de 2011, c/c art. 150, incisos II, III, VII, VIII, XIII a XXI, do RICMS.

Examinando-se os documentos anexados a impugnação apresentada verifica-se que as pendências relativas a falta de recolhimento do ICMS declarado nos DAS e constantes no relatório *Extrato Fiscal do Contribuinte*, em anexo, foram solucionadas mediante pedido de parcelamento de débitos junto a Receita Federal, fl. 19.

Os débitos relativos a falta de recolhimento de ICMS antecipado foram parcelados através do processo de parcelamento nº. 16.898/2015-01, tendo a primeira parcela sido recolhida em 30/01/2015, conforme relatório *Demonstrativo das Parcelas* em anexo.

As pendências relativas a falta de entrega dos arquivos SINTEGRA foram igualmente solucionadas, conforme se verifica às fls. 08 a 14.

Os relatórios obtidos junto a Receita Federal, em anexo, confirmam as informações prestadas pela requerente, demonstrando que os valores relativos aos DAS de 07/12, 02/13 a 11/14 foram parcelados no prazo previsto no art. 6º, §1 da Resolução 94/2011-CGSN.

A 1ª URT deve adotar procedimentos visando excluir do relatório *Extrato Fiscal do Contribuinte* os débitos incluídos nos parcelamentos realizados pelo requerente.

Assim sendo, restou comprovada a regularização das pendências que motivaram o indeferimento do pedido de inclusão ao regime de pagamento simplificado denominado SIMPLES NACIONAL, no prazo previsto no art. 6º, §1 da Resolução 94/2011-CGSN, razão pela qual defiro o pedido.


### 3 – DECISÃO

Por todo o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido de opção do contribuinte ao regime de pagamento simplificado de impostos.

Remeta-se o p.p a 1ª URT, nos termos do art. 191-G, §2º do RPPAT, para que seja dada ciência ao contribuinte conforme art. 16 do mesmo diploma legal, além da adoção das providências previstas no art. 109, § 4º da mencionada Resolução.

Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais – COJUP.

Natal, 18 de março de 2015.

  
Isnard Dubeux Dantas  
Julgador Fiscal – mat. 8637-1